

A IMPORTÂNCIA DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL¹

THE IMPORTANCE OF STORYTELLING AS AN INCLUSIVE PEDAGOGICAL STRATEGY IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Vanessa Esteves de Castro²

Tereza Cristina M. A. Okita³

Marnilde Silva de Farias⁴

RESUMO: O presente artigo teve como objetivo analisar a relevância da contação de histórias como estratégia pedagógica inclusiva no contexto da Educação Infantil. Procurou-se então analisar a prática da contação de história pelo viés inclusivo, destacando seu potencial no desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, com ênfase na promoção da inclusão. A fim de alcançar responder tal objetivo elegeu-se os seguintes objetivos específicos: descrever o conceito de inclusão escolar e as especificidades da Educação Infantil; compreender de que maneiras a contação de histórias pode ser utilizada nas práticas pedagógicas e, discutir sobre como a contação de histórias pode contribuir no processo inclusivo educacional na Educação Infantil. Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica. A contação de histórias demonstrou ser uma prática pedagógica que proporciona inclusão e ensino equitativo quando realizada com intencionalidade e planejamento adequado, respeitando as especificidades de cada sujeito envolvido.

PALAVRAS-CHAVE: Contação de Histórias; Inclusão; Educação Infantil.

ABSTRACT: *This article aimed to analyze the relevance of storytelling as an inclusive pedagogical strategy in the context of Early Childhood Education. It sought to analyze the practice of storytelling from an inclusive perspective, highlighting its potential in the cognitive, social, and emotional development of children, with an emphasis on promoting inclusion. In order to achieve this objective, the following specific objectives were chosen: to describe the concept of school inclusion and the specificities of Early Childhood Education; to understand how storytelling can be used in pedagogical practices and to discuss how storytelling can contribute to the inclusive educational process in Early Childhood Education. This work is characterized as a qualitative research, of a bibliographical nature. Storytelling has proven to be a pedagogical practice that provides inclusion and equitable teaching when carried out with intentionality and adequate planning, respecting the specificities of each subject involved.*

KEYWORDS: *Storytelling; Inclusion; Early Childhood Education.*

INTRODUÇÃO

¹ Artigo científico apresentado para fins de obtenção do título de Especialista em Métodos e Técnicas de Ensino de 2025.

² Estudante do Curso de Especialização em Métodos e Técnicas de Ensino do Campus Boa Vista Zona Oeste, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. E-mail: Vanessa.esteves.castro@gmail.com

³ Estudante do Curso de Especialização em Métodos e Técnicas de Ensino do Campus Boa Vista Zona Oeste, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. E-mail: marco.okita1974@email.com

⁴ Orientadora Marnilde Silva de Farias, Professora EBTT do Colégio de Aplicação da UFRR, Doutora em Educação pela UFAM, Mestre em Educação pela UERR/IFRR. Especialista em Psicomotricidade e Neuropsicopedagogia, licenciada em Educação Física e Pedagogia. E-mail institucional: marnilde.farias@ufr.br.

Este artigo teve como objetivo analisar a relevância da contação de histórias como estratégia pedagógica inclusiva no contexto da Educação Infantil. É importante considerar que a inclusão escolar é citada na Constituição Federal (1988) quando se estabelece que a educação é um direito universal, no decreto nº 6.949/2009, que trata sobre os direitos das pessoas com deficiência declarando a igualdade de oportunidades e sobre a inclusão nas escolas em todos os níveis de ensino e a Resolução CNE/CEB nº4 que definiu diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado integrado ao ensino regular.

Tendo em vista que a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tornou-se etapa obrigatória, amparada legalmente desde 2009, no parecer CNE/CEB nº 20/2009, no Art. 5º, parágrafo 1º, torna-se necessário pensar estratégias e métodos de ensino que possibilitem a participação de todos os estudantes de forma igualitária e com equidade. Dessa forma, a questão que norteou as reflexões é sobre como a contação de histórias pode contribuir como ferramenta pedagógica inclusiva na Educação Infantil.

Para responder a inquietação inicial buscou-se analisar a prática da contação de história pelo viés inclusivo, destacando seu potencial no desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, com ênfase na promoção da inclusão. A fim de alcançar responder tal objetivo elegeu-se os seguintes objetivos específicos: descrever o conceito de inclusão escolar e as especificidades da Educação Infantil; compreender de que maneiras a contação de histórias pode ser utilizada nas práticas pedagógicas e, discutir sobre como a contação de histórias pode contribuir no processo inclusivo educacional na Educação Infantil.

Justifica-se a escolha do tema ao fato das pesquisadoras, docentes com experiência na Educação Infantil, terem contato com as particularidades de cada criança, sendo percebido que são necessárias estratégias didáticas atrativas, que promovam a participação e considerem as necessidades educacionais da infância e no contexto da inclusão nas escolas. É perceptível que nem todas as atividades desenvolvidas possibilitam a participação de crianças com algum atraso no desenvolvimento, sendo importante criar possibilidades que incluam a todos em sala.

A relevância do tema advém do fato de se considerar importante a ampliação de conhecimentos referente a estratégias de ensino que ampliem a inclusão com equidade, que considerem as diferenças e possibilitem a participação coletiva, sem exclusão e que tenham significado.

1 INCLUSÃO ESCOLAR E AS ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A inclusão escolar na educação básica é a inserção de pessoas com necessidades educacionais especiais em escolas regulares, sendo a lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a qual trata de tal abordagem. Alguns pontos dessa lei permitem compreender sobre essa questão, pois ela trata da igualdade de oportunidades, sobre a discriminação, adaptação do espaço físico e de materiais pedagógicos. A lei em questão classifica que a pessoa com deficiência enfrenta impedimentos de ordem física, mental, intelectual ou sensorial, que de encontro a barreiras podem impedir sua atuação na sociedade.

A lei nº 13.146 de 2015 afirma no seu capítulo II que:

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das

liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas (BRASIL, 2015, n.p.).

A mesma lei aborda questões sobre a oferta de um ensino de qualidade, que atenda as especificidades de cada estudante, garantindo não apenas o acesso ao espaço escolar, mas a um ensino igualitário e com equidade, que possibilite o desenvolvimento da autonomia do mesmo. Para isso, a construção de um currículo voltado à inclusão, com a promoção de métodos e técnicas pedagógicas, recursos didáticos, dentre outros que contribuam para quebra de obstáculos que possam impedir o alcance dessas pessoas ao desenvolvimento pleno (BRASIL, 2015, n.p.).

O Conselho Nacional de Educação (2001) aborda a questão da matrícula compulsória a esses estudantes com necessidades educacionais especiais, sempre focando na qualidade do ensino. Como destaca o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069/1990 quando diz que inclusão não é apenas a presença física desses alunos que importa, mas o atendimento às necessidades básicas e o desenvolvimento máximo de seu potencial.

A Lei nº 8.069 de 1990, que se refere ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), também trata da questão da política de inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, reafirmando a ideia de que incluir não é apenas inserir esses sujeitos no ambiente escolar, mas de também ofertar um ensino que respeite as diferenças e atenda às necessidades desses indivíduos.

Alguns autores consideram a inclusão como uma prática de acesso à educação de maneira que seja eliminada de toda forma de exclusão que possa atingir qualquer estudante, não somente os com deficiência.

A inclusão está direcionada as pessoas que possuem uma identidade e de algum modo se sentem excluídas, não está diretamente ligada apenas às pessoas com deficiência. Isto é, ao estar na condição de “incluído”, esses sujeitos devem ser vistos como iguais a todos. Porém, é salutar destacar que cada um também possui a sua individualidade (LUCIO, 2021, p.5).

Inclusão seria então, de fato, incluir todos os sujeitos independente de suas dificuldades, atrasos ou qualquer outra especificidade, excluindo barreiras que possam impedir o acesso e permanência desses à educação, em um ambiente diverso e que abrigue as particularidades, e isso em qualquer etapa do ensino, da Educação Infantil até o Ensino Superior. Nascimento e Nascimento (2021, p.98) afirmam que extinguir a exclusão é compreender sobre limites e potenciais, pois os estudantes têm capacidade de aprender.

A educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica na vida escolar de um indivíduo, é considerada como “um direito humano e social de todas as crianças até seis anos de idade” (BRASIL, 2013, p.2), sendo obrigatória a partir dos 4 anos de idade. A emenda Constitucional nº59, de 11 de novembro de 2009, surgiu para complementar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) referente à oferta obrigatória e gratuita de educação básica para crianças a partir dos 4 anos de idade.

Esta etapa da educação possui particularidades referentes às formas como se é trabalhado o pedagógico com as crianças. A BNCC é o documento que descreve sobre as aprendizagens nessa fase da educação brasileira e, dois tópicos são destaques na educação infantil, a priori em seu currículo não se tem disciplinas, mas campos de experiência, que são cinco: “o eu, o outro e o nós”, “corpo, gesto e movimento”, “traços, sons, cores e formas”, “escuta, fala e pensamento” e “espaços, tempos, quantidades e transformações”; outra peculiaridade são os direitos de aprendizagem que são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se (BRASIL, 2018).

Dentro dessas ações é que o professor deve mediar a educação nessa faixa etária, considerando também que existem nesse espaço o cuidar e educar, e para além disso proporcionar à criança a aprendizagem mediante situações de seu universo, na vivência de momentos lúdicos, de brincadeiras, de interação entre pares, de modo a proporcionar a ela um desenvolvimento pleno.

E é nesse espaço em que aborda-se também a questão da escola inclusiva e seus desafios. A educação infantil também é um local de acolher as diferenças, que norteia e promove dentro da capacidade de cada indivíduo sua aprendizagem e desenvolvimento. Alguns desafios são destaque nesse cenário como:

[...] a formação do professor para ações educativas inclusivas; a parceria das famílias para esse trabalho; os espaços, recursos e materiais didáticos adaptados para atender às diferenças; e a construção de uma proposta pedagógica que contemple as diferenças, diversificando as experiências com estímulos diferentes. (BRASIL, 2013, p.6).

A educação infantil é também um espaço inclusivo, que deve acolher a diversidade, com isso faz-se necessário a preparação para atender a essas demandas, com qualidade, com práticas que possibilitem a participação coletiva, independente das suas características, dificuldades ou limitações, sempre considerando que todos têm a capacidade de aprender (PEREIRA, 2017).

Reconhecer que a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica e o preparatório para impulsionar o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e motor que formará um indivíduo em todas as suas fases posteriores, é de fundamental importância para as crianças ali inseridas, sendo professores e comunidade escolar responsáveis por elaborar currículos e práticas inclusivas que serão utilizados na mediação e promoção de práticas pedagógicas.

2 A ARTE DE CONTAR HISTÓRIAS

Contar histórias é considerado uma arte milenar, acredita-se que essa atividade foi transmitida através das gerações e exista a aproximadamente 70 mil anos, sendo algo até mesmo característico do ser humano (OLIVEIRA, 2025). Fauate, Bueno e Lanieski (2021) consideram que o contar histórias é uma prática social e cultural.

Há uma distinção importante a se considerar, o fato de que contar histórias é diferente de ler histórias. Contar tem a ver com relatar um fato, uma história. Ler é o ato de descrever, transmitir em palavras a linguagem escrita.

Ler histórias tem a ver com o papel, com a escrita. É pegar um livro, uma revista, ou, mesmo, um tablet ou celular e ler exatamente como está escrito, com todos os seus sinais de pontuação, palavras, respeitando a produção escrita tal qual ela se apresenta. Todo texto literário necessita de performance para ter sentido, assim, ao ler também é preciso exprimir nas palavras os sentimento e sensações que a história exige, conforme veremos adiante. Não se pode ler literatura como se lê uma notícia ou um manual de instruções. A literatura precisa de performance.

Contar histórias é, acima de tudo, oralidade. Contar histórias é ação tradicional, pois, muito antes de aprendermos a nos expressar por meio da escrita, nos comunicávamos oralmente e, assim, passávamos nossos conhecimentos uns para os outros. Por mais que a sociedade atual seja centrada na escrita, a comunicação por meio da fala ainda é muito empregada. Portanto, as habilidades de expressão oral devem ser estimuladas nas crianças desde o seu nascimento. (OLIVEIRA, 2025, p.26,27)

Conclui-se assim que contar histórias envolve uma performática, o uso mais elaborado da voz, do corpo, a utilização de objetos, acessórios, sons, que dão vida a narrativa. Enquanto

ler histórias é marcado pela rigidez, seja na narração dos fatos, seja na interação com o ouvinte. Segundo Oliveira (2025), na contação é possível adaptar a história, não sendo necessário estar com o livro ou texto em mãos, pois a atuação se dá pela expressão corporal, pela voz e olhar.

Na percepção de Pacheco, Cavalcante e Monteiro (2019) em ambas as práticas torna-se importante a utilização do livro. Para as autoras o livro, nesse momento, desperta nas crianças o prazer pela leitura. Além disso, elas destacam que uma das diferenças entre as práticas está no fato de que a leitura permite uma interação maior com o ouvinte e na sua participação, nas possibilidades de discussão, diálogo, comentários, apresentação de imagens do texto lido. O que segundo elas não é possível na contação, pois essa não permite pausas para trocas de ideias, sendo uma participação intrínseca.

Considerando a percepção paralela dos autores acima citados, é preciso considerar o contexto e a finalidade em que se irão utilizar cada uma dessas estratégias didáticas. Justifica-se assim pelo fato de que o ato de contar histórias deve ter uma intencionalidade educacional na aprendizagem, dentro dessa abordagem torna-se importante também a escolha da história, os recursos utilizados, a maneira como o contador/professor se expressa durante a dinâmica (SANTOS e CONCEIÇÃO, 2024), esses são alguns dos fatores característicos no processo de narração.

Referente a escolha da história a ser apresentada às crianças, Cosson (2006b, p.17) expressa que ela tem a capacidade de “[...] tornar o mundo compreensível transformando a sua materialidade em palavras de cores, odores, sabores e formas intensamente humanas” (COSSON, 2006b, p. 17). Esse embelezamento e ludicidade que a literária pode oferecer no âmbito escolar no ato de contar histórias é que torna uma arte, que o contador precisa expressar, criando um cenário lúdico e prazeroso como Rildo também confirma ao dizer que “[...] falta a uns e a outros uma maneira de ensinar que, rompendo o círculo da reprodução ou da permissividade, permita que a leitura literária seja exercida sem o abandono do prazer, mas com compromisso de conhecimento que todo saber exige. (COSSON, 2006a, p.23)

Não é sobre apenas contar histórias, é sobre selecionar obras literárias, contos, etc. que tenham intenção de proporcionar uma aprendizagem e desenvolvimento àqueles que ouvem, de forma lúdica, prazerosa. Todo ato deve ter intencionalidade, desde a escolha do texto, o objetos e materiais utilizados e até mesmo o uso ou não do livro durante a performance e isso considerando os sujeitos presentes e suas singularidades.

3 MATERIAL E MÉTODO

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, a abordagem teórica trata sobre a contação de histórias como estratégia pedagógica inclusiva na Educação Infantil.

A pesquisa qualitativa contribui para a presente pesquisa, pois vivências do cotidiano são consideradas dados importantes para análise do tema pesquisado, mas nesse caso existe um contraponto, o fato de que na seleção e análise das informações coletadas o pesquisador precisa estar atento para não desconsiderar questões que podem ser fundamentais para uma chegada de conclusão.

Todos os dados da realidade são considerados importantes. O pesquisador deve, assim, atentar para o maior número possível de elementos presentes na situação estudada, pois um aspecto supostamente trivial pode ser essencial para melhor compreensão do problema que está sendo estudado. [...] O interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações do cotidiano (LUDKE e ANDRÉ, 2012, p.13)

A pesquisa qualitativa se enquadra na coleta de dados, pelo fato de a busca ser por compreender fatos que estão ligados a comportamentos, experiências e cujos resultados focam no processo. As principais palavras-chave utilizadas nas buscas foram: contação de histórias, educação infantil, inclusão no ensino regular.

Para seleção das fontes as principais palavras-chave utilizadas nas buscas foram contação de histórias, educação infantil, inclusão no ensino regular, contação de histórias como prática inclusiva. Considerou-se a importância de se analisar as impressões de autores que tratassem sobre a temática, destacando-se o fato de que dos escritos encontrados percebeu-se uma carência de pesquisas de campo que investigassem a contação de histórias com o olhar inclusivo, de maneira a descrever que contribuições e avanços essa prática trouxe para uma turma considerando suas especificidades.

Utilizou-se como ferramentas de busca o Google Acadêmico, portal de periódicos acadêmicos, artigos e revistas científicas para selecionar a base de dados. A escolha das fontes partiu da relevância dos escritos sobre inclusão escolar, contação de histórias no âmbito da Educação Infantil e principalmente sobre os benefícios da contação de histórias, pensando-se na proposta de se oferecer uma apresentação pedagógica que desperte o interesse de crianças pequenas, diante das singularidades de uma turma.

4 NARRATIVAS QUE INCLUEM: A IMPORTÂNCIA DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Possibilitar práticas pedagógicas na Educação Infantil que sejam parte do universo da criança, promovam o enriquecimento, inclusão e equidade no processo de aprendizagem, conduzindo ao desenvolvimento pleno da criança é fundamental. Trabalhar a escuta, estimular a expressão oral é importante desde a mais tenra idade (BRITO, 2021), com isso, analisando a contação de histórias como recurso lúdico diante das práticas pedagógicas, observa-se inúmeros benefícios descritos por escritores da área.

Considerando que a expressão oral antecede a escrita, apesar de a sociedade centrar seus princípios educacionais na escrita, a comunicação é a primeira forma de expressão, sendo uma forma de transmissão de conhecimentos e contar histórias, que sendo uma forma de oralidade, é uma ferramenta importante para se utilizar no âmbito educacional na primeira infância (OLIVEIRA, 2025), fase em que as crianças ainda não tem domínio da escrita.

Narrar histórias tem a ver com compartilhar conhecimento, cultura, preservar memórias e transmiti-las, produzir um meio de recreação. No ambiente escolar, além disso, acontecem diversas contribuições em forma de aprendizagem:

A contação de histórias é uma arte que possibilita o resgate da ludicidade, da fantasia, da emoção e principalmente da imaginação através das narrativas orais. No que se refere à educação e formação da criança, as histórias podem ser utilizadas para ajudá-las a entender o mundo a sua volta, por meio da contação. Uma vez que o contador pode proporcionar ao ouvinte entrar no enredo e vivenciar a cena por meio das palavras, do gesto corporal, da expressividade e principalmente da emoção de quem conta a história. Quando se trata do desenvolvimento integral da criança, as vivências imaginativas são um dos quesitos fundamentais para esse processo, pois, por meio dessas experiências, ela poderá conhecer melhor o mundo e a si mesma (FAUATE, BUENO E LANIESKI, 2021).

Contar histórias é a possibilidade de recriar partes do conto de acordo com a interação com os ouvintes, sendo o contador de histórias um provocador de sensações, sentidos, emoções, sentimentos, e esses estímulos exigem improvisação e interpretação. A narrativa oral proporciona momentos de estímulo e incentivo a linguagem, a imaginação sendo uma

ação que “contribui efetivamente para o desenvolvimento do homem” (ZANLORENZI e SILVA, 2021, p.222).

Narrar histórias traz diversas possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento que Santos e Conceição (2024) citam alguns: a fala, o social, intelectual, a imaginação, criatividade, amplia o repertório cultural da criança. As narrativas orais integram, socializam, aproximam os diferentes. Por isso, é importante que a função de professor coexista com a de contador de histórias. Quando revestido de contador de histórias, com verdades herdadas de seu repertório de contos e de posse das qualidades estéticas da arte da contação, o professor tem condições de interagir com o outro em seus processos de narração e de escuta de si. (SANTOS, 2013, p.117).

Diante da diversidade presente nas escolas é preciso quebrar estereótipos de segregação, que trazem consigo limitações e barreiras para aqueles que a sociedade julga serem diferentes. Pensando-se na contação de histórias como forma de desconstrução de preconceitos, Maria e Valente (2013, p.10) afirmam que: “As histórias infantis estão valorizando a diversidade e o direito à diferença de uma forma que estas passam a contribuir para o desenvolvimento social, a criticidade e a melhoria das atitudes das crianças enquanto participante ativo da sociedade”.

Ouvir histórias proporciona à criança um aprendizado saudável, de maneira lúdica, sendo uma atividade que prende a atenção, despertando o interesse pela leitura e ampliação do vocabulário. “Em tempos de rápidas transformações sociais e excesso de informações, que muitas vezes geram ansiedade e estresse, a contação de histórias se destaca como uma ferramenta eficaz para promover a reflexão, aliviar a insegurança e ajudar na compreensão das mudanças no mundo” (LEMOS, LUZ, CUNHA e MARTINS, 2024, p.4).

A contação de histórias como possibilidade pedagógica de inclusão, segundo Paz (2018), ainda é algo pouco pensada no meio educacional, mas fundamental até mesmo pelo benefício que gera ao promover conexão entre pares, devido a ser uma atividade coletiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto teve a intenção de apresentar a importância da contação de histórias como estratégia pedagógica inclusiva na educação infantil na perspectiva legal e científica. Considerando que essa é a primeira etapa da educação básica e importante espaço de aprendizagem e desenvolvimento para as crianças.

Mesmo amparado por leis e decretos que visam garantir um ensino inclusivo e com equidade a todos que frequentam o ambiente escolar, na prática ainda ocorre a segregação no ensino. A inclusão no espaço físico acontece, mas nos momentos de aprendizagem ainda não ocorre de forma efetiva, indicando a necessidade de se repensar práticas pedagógicas que promovam um ensino igualitário.

A partir das análises das obras consultadas percebe-se que a contação de histórias é uma prática pedagógica com potencial para ser realizada em grupo, possibilitando a interação entre os pares e diversos benefícios no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. O trabalho com a contação de histórias proporciona amplas possibilidades de crescimento em diversas áreas, como por exemplo, a fala, o social, o intelectual, a própria imaginação e criatividade, além do mais, amplia o repertório cultural da criança.

Este artigo abre margem para novas pesquisas dentro dessa temática e a um incentivo para a abordagem dessa prática nos espaços de educação infantil, sabendo-se dos benefícios da contação de história como instrumento inclusivo.

1 REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 07 jul. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990 [1, 4].
- BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo. Assinado em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em 07 de jul. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Dúvidas Mais Frequentes Sobre Educação Infantil**. Brasília, 2013
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC. Brasília, 2018.
- BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de . **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 05 de ago. De 2025.
- BRITO, Nayara Macedo Barbosa de. **Contação de história: criação de narrativas e oralidade**. Salvador: UFBA, Escola de Teatro; Superintendência de Educação a Distância, 2021. 77 p. ilustr.
- COSSON, Rildo. **Letramento literário: educação para vida**. Vida e Educação, Fortaleza, v. 10, p. 14-16, 2006a.
- COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2006b.
- FAUATE, Alessandra Buch; BUENO, Andréia Patrícia; LANIESKI, Jucélia de Fátima. **A Contação de Histórias: O que contam as crianças**. In: Ouvir, sentir e imaginar: reflexões sobre a contação de história. Cláudia Maria Petchak Zanlorenzi; Andréia Bulaty (Org.). Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2021. 154p.; il.
- LEMOS, Vanessa Lins; LUZ, Aclene; CUNHA, Aline Cristiane Gomes; MARTINS, Kátia Rodrigues. **A contação de histórias na educação infantil**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação - REASE. São Paulo, v. 10, n. 12, dez. 2024.
- LUCIO, Juliane Silva Souza. **Inclusão escolar: uma reflexão sobre os alunos especiais no ensino regular**. Goiânia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1865/1/artigo%20JULIANE%20%20vers%C3%A3o.pdf>. Acessado em: 01 ago. 2025.
- MARIA, Elizângela Idalgo Regalo. **Literatura infantil: uma possibilidade de inclusão**. Orientador: Thiago Alves Valente. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva

do professor PDE: Artigos. Paraná: Governo do Estado / secretária de Educação, v.1, 2013.
Disponível em:

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uenp_port_artigo_elizangela_idalgo_regallo_maria.pdf.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. [Reimpr.]. - Rio de Janeiro : E.P.U., 2012.

NASCIMENTO, Arthur Ramos do; NASCIMENTO, Janice Ramos do. **Inclusão e contação de histórias na prática docente na educação infantil: considerações sobre o direito humano e fundamental à educação e vivências no processo de ensino-aprendizagem**. Educação, direitos humanos e inclusão [recurso eletrônico] / E24 organização de Washington Cesar Shoiti Nozu, Gustavo de Souza Preussler – Curitiba: Íthala, 2021. 240p.: il.; 22,5cm.

OLIVEIRA, Rosemary Lapa de. **Chegou a hora de contar histórias**. EDUNEB. Salvador, 2025. 78P.;il.

OLIVEIRA, Rosemary Lapa de. **Guia de Contação de Histórias**. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no âmbito do Projeto 914BRZ1094.5, sob o contrato nº 2933/2021. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional – didático). Ministério da Educação, 2022. Disponível em: https://alfabetizacao.mec.gov.br/images/pdf/guia_de_contacao_de_historias.pdf. Acesso em: 12 jul. 2025.

PACHECO, Mayara Alves Loiola; CAVALCANTE, Priscila Viana; MONTEIRO, Rachel Rachelley Matos. **Literatura na Educação Infantil: Contação e Leitura de Histórias**. Editora Realize. Conedu. VI Congresso Nacional de Educação. 2019.

PAZ, Juliana Fonseca. **Contação de história como prática educativa para a inclusão escolar de crianças na educação infantil**. Monografia. Universidade federal da Bahia, Faculdade de Educação. Licenciatura em Pedagogia, Orientadora: Profa. Dra. Sheila de Quadros Uzêda. Salvador, 2018.

SANTOS, Flavia Stefanny Pereira dos; CONCEIÇÃO, Aline de Novaes. **A contação de histórias para o desenvolvimento de uma educação integral dos educandos na educação infantil**. Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília-RIPPMar, v. 10, 2024.

SANTOS, Luciene Souza. **A Emília que mora em cada um de nós: a constituição do professor-contador de histórias** 2013. 210 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação. Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17306>. Acesso em: 20 ago. 2025.

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak; SILVA, Paola Helena Muxfeldt Morandi da. **A contribuição das narrativas orais de histórias para aprendizagem: a visão do professor alfabetizador**. Cadernos de Pós-graduação, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 218-231, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/cpg.v20n1.19343>.